

13/17

CONTRATO PARA MODERNIZAÇÃO, EVOLUÇÃO E RENTABILIZAÇÃO DO CENTRO DE DADOS – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO

No dia um, do mês de junho, do ano de Dois mil e dezassete, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO:

MUNICIPIO DE BOTICAS, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço electrónico *municipio@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410209, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, **Fernando Eirão Queiroga** cartão de cidadão n.º 08431148 7ZY3, válido até 21/04/2018.

SEGUNDO:

MAXIGLOBAL - Equip. e Serviços de Informática S.A. com sede na Rua da Urteigueira, n.º 562, 4410-304 Canelas - VNG, NIF e matrícula 504 320 882, da conservatória do Registo Comercial do Porto, neste ato legalmente representado por **Luís Carlos Fernandes de Pinho**, cartão de cidadão n.º 098367102 2 ZX3, Válido até 26/07/2020 e **Sofia Quintas Seabra**, cartão de cidadão n.º 12906811 0 ZY9, Válido até 12/02/2022 qualidade e poderes verificada pela certidão conforme consulta efetuada no sitio da internet <https://portaldaempresa.pt>.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

O presente contrato tem por objeto a Modernização, Evolução e Rentabilização do Centro de Dados – Aquisição de Equipamento, precedido de Ajuste Directo e adjudicado ao segundo outorgante por despacho do Vice-Presidente da Câmara de 25 de maio de 2017, em conformidade com o Caderno de Encargos, devidamente aprovado por despacho do Vice-Presidente da Câmara de 27 de abril de 2017, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante.

Cláusula 2.ª

Prazo de Execução

O fornecimento será executado no prazo de noventa (90) dias, a contar da data da assinatura do contrato.

Cláusula 3.ª

Preço contratual

Pelo serviço previsto na cláusula 1.ª, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o valor de 43.948,00 € (Quarenta e três mil, novecentos e quarenta e oito euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 23%.

Cláusula 4.ª

Pagamentos

As quantias devidas pelo primeiro outorgante nos termos da cláusula anterior, são pagas no prazo máximo de 30 dias após a recepção pelo primeiro outorgante das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

Cláusula 5.ª

Caução

Não é exigível a prestação de caução de acordo com o nº 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro. No entanto e atendendo ao nº3 do mesmo diploma pode o Município de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 6.ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 7.ª

Prevalência

1 – Consideram-se como condições a observar no serviço, as expressas no contrato, os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão

Del
1

de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, prevalece em primeiro lugar os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos, seguidamente a proposta apresentada pelo segundo outorgante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º6, do artigo 96.º, do CCP.

Cláusula 8.ª

Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação aplicável.

Cláusula 9.ª

Dotação Orçamental

A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental, 0102/07011002, Ação 17P022 conforme proposta de cabimento n.º 982, compromisso n.º 1400 e requisição externa de despesa n.º729.

Cláusula 10.ª

Disposições Finais

1 — Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

2 — O procedimento por ajuste direto — regime geral relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal de 27 de abril de 2017.

3 — Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

O segundo Outorgante apresentou ainda os seguintes documentos:

BOTICAS
CÂMARA MUNICIPAL

- 1 – Certidão (Consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Vila Nova de Gaia em 29 de maio de 2017, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;
- 2 – Certidão (Consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 29 de maio de 2017, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação contributiva devidamente regularizada;
- 3 – Certificado de Registo Criminal dos administradores da firma;
- 4 – Declaração nos termos da alínea a), do nº1, do art.º 81º, do Código dos Contratos Públicos.

Os Outorgantes,






